

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transnordestina Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transnordestina Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia, por estar em fase de construção, incorreu no prejuízo de R\$103.629 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, nessa data, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$182.339 mil. Além disso, a referida nota também descreve que a Companhia vem incorrendo em desembolsos significativos para a construção do Projeto Nova Transnordestina. A conclusão das obras do projeto e o consequente início das operações conta com recursos de seus acionistas e de terceiros. Esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia está em fase de construção da malha ferroviária denominada "Nova Transnordestina", que irá operar na região nordeste do Brasil, cujo ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$7.412.682 mil. A Companhia deve realizar análise de recuperabilidade de seus ativos para assegurar que não estejam registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação.

Periodicamente, a Administração da Companhia efetua análise detalhada desses ativos em relação à sua recuperabilidade. Essas análises envolvem grau elevado de julgamento por parte da Administração, pois requerem a utilização de premissas para determinar o fluxo de caixa descontado com base nas projeções de demanda de mercado, de margens operacionais e taxa de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização de tais ativos, assim como a necessidade de reconhecimento de perda com redução no valor recuperável do imobilizado. A recuperação dos ativos pelos valores apresentados nas demonstrações financeiras depende da efetiva realização dessas projeções.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a análise do valor recuperável; (b) teste da análise efetuada pela Administração utilizando nossos especialistas internos em valor justo para avaliação de fluxo de caixa descontado com o objetivo de desafiar as principais premissas utilizadas pela Administração, a precisão matemática e a metodologia da análise; (c) avaliação das premissas que foram utilizadas e do método mais adequado para cálculo; (d) confronto das estimativas realizadas pela Administração com as informações históricas e de mercado; e (e) avaliação da razoabilidade das divulgações da Administração incluídas na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

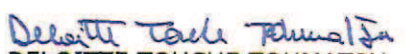
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

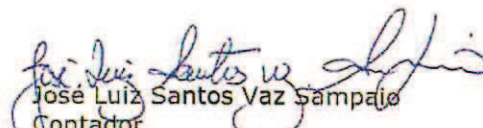
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 22 de setembro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/-O-8 "F" CE


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

Relatório da Administração 2016

Contatos:

*Fernanda Cavalcante Albuquerque
Gerente de Finanças e Controladoria*

*João Dhiego Freire de Menezes
Coordenador de Controladoria*

*Luiz Fernando Santos Vieira
Analista de Controladoria*

Av. Francisco Sá, 4.829
Álvaro Wayne
60.335-195 - Fortaleza – CE.

Fone: 55-85-4008-2500

A Transnordestina Logística S.A (TLSA) - é uma empresa privada controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada originalmente com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998, incorporando os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

A mudança da razão social de CFN para TLSA ocorreu em 2008 e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e TLSA.

A TLSA continua empreendendo esforços e investimentos na construção do Projeto "Nova Transnordestina". Esta malha ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km e um "funding" aprovado de R\$7,5 Bilhões, base abr./12. Está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0 % sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5 % sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor por trecho, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$4,7 bilhões, totalizando R\$11,2 Bilhões.

A concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, encerrando-se em 2057.

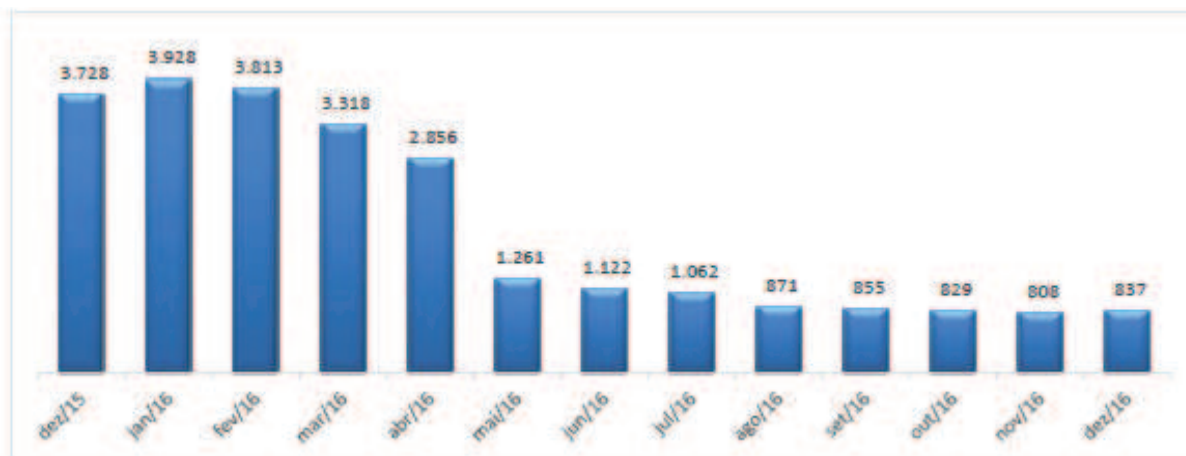
Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2016.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Neste ano de 2016 compete destacar:

- Atualmente a obra possui 355 equipamentos de grande porte, mobilizados, além de um quadro total de 837 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



Obs.: O quantitativo a partir de Mai/16 retrata queda devido a redução do nível de atividade na obra, principalmente nos lotes do trecho MVP (Missão Velha/CE – Pecém/CE) e na Superestrutura.

INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao Projeto Transnordestina, é de R\$6,3 Bilhões, sendo R\$213,5 milhões no ano de 2016.

O avanço físico global atingiu a marca de 52% (Base Orçamento R\$11,2 Bilhões) de avanço e já conta com 599 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da Obra em cada trecho do Projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, foram retomadas em novembro/14 nos quatro primeiros lotes – MVP 01 ao 04 - totalizando 200 km em construção, com avanços de 19% em Infraestrutura e 13% em OAE;
- As obras do trecho Salgueiro-Trindade, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro/2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE (Obras de Artes Especiais) e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados;
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, representam um avanço total de 76% de infraestrutura, 48% de OAE e 28% de Superestrutura; essas atividades vinham sendo executadas pela Via Magna até 05 de dezembro de 2016, e foram paralisadas em cumprimento de uma decisão liminar (Juiz Federal da Comarca de São Raimundo Nonato-PI) que suspende a Licença de Instalação do trecho. Esta decisão tem como objetivo acelerar as ações necessárias para atendimento das solicitações das Comunidades Quilombolas, conforme indicado no Termo de Compromisso firmado entre TLSA e a Fundação Cultural Palmares - FCP. Com a evolução das tratativas com a FCP em dezembro/16 e janeiro/17, a retomada da obra nesse trecho, após validação do Juiz da 1ª Instância, acontecerá possivelmente ainda em janeiro/17.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 41%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS- 02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 95% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km, devido embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas ao desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Demais lotes estão em processo de contratação e/ou revisão do projeto de Engenharia (SPS-08 / Barragem de Serro Azul e SPS-09 / Variante para que ferrovia não intercepte núcleos urbanos);

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente ao ano de 2016:

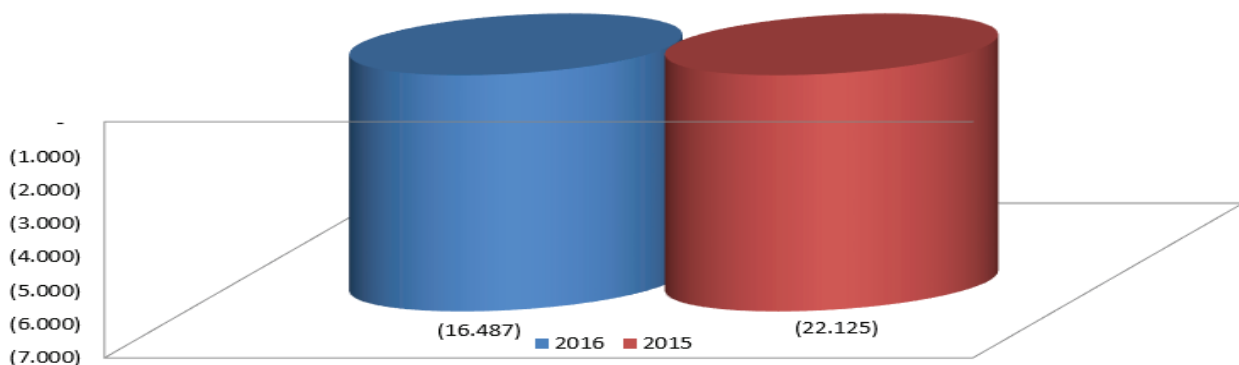


PESSOAL

O número de colaboradores da TLSA no ano de 2016 foi de 373 pessoas, no mesmo período do ano anterior esse número era 635 pessoas. Uma redução de 41% em relação ao mesmo período do ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase de construção, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento –Imobilizado em Andamento – inclusive àqueles referentes à Engenharia do Proprietário e Mão de Obra Própria.



Em R\$ mil	2016	2015
Prejuízo Líquido do Exercício	(103.629)	(51.172)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeira:	6.032	18.309
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	2.169	2.168
LAJIDA (EBITDA)	(95.428)	(30.695)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	78.941	8.570
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(16.487)	(22.125)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$16.487 mil negativos em 2016. No mesmo período de 2015 o EBITDA ajustado foi de R\$22.125 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.899	75.977	Fornecedores	11	75.948	211.662
Estoques	6	643	649	Empréstimos e financiamentos	12	42.568	37.165
Impostos a recuperar	7	12.466	5.556	Impostos e contribuições a recolher		3.331	2.928
Despesas antecipadas	8	9.800	122	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	44.393	27.643
Outras contas a receber		4.043	4.596	Outras contas a pagar		11.077	12.361
Total dos ativos circulantes		<u>28.851</u>	<u>86.900</u>	Debêntures	13	33.873	1.563
				Total dos passivos circulantes		<u>211.190</u>	<u>293.322</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicação financeira	5	112.796	137.771	Empréstimos e financiamentos	12	578.193	607.698
Partes relacionadas	9	807	29.579	Debêntures	13	3.986.449	3.724.752
Depósitos judiciais	14	33.737	25.755	Partes relacionadas	9	459.762	356.011
Impostos a recuperar	7	132.559	139.561	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	-	220.000
Imobilizado	10	7.412.682	7.009.515	Total dos passivos não circulantes		<u>5.024.404</u>	<u>4.908.461</u>
Intangível		3.602	5.771				
Total dos ativos não circulantes		<u>7.696.183</u>	<u>7.347.952</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	3.256.505	2.896.505
				Prejuízos acumulados		(767.065)	(663.436)
				Total do patrimônio líquido		<u>2.489.440</u>	<u>2.233.069</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>7.725.034</u></u>	<u><u>7.434.852</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>7.725.034</u></u>	<u><u>7.434.852</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	16	(18.656)	(24.293)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(78.941)	(8.570)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(97.597)</u>	<u>(32.863)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	17.171	3.114
Despesas financeiras	17	<u>(23.203)</u>	<u>(21.423)</u>
Total		<u>(6.032)</u>	<u>(18.309)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(103.629)</u>	<u>(51.172)</u>
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	15	<u>(2,2433)</u>	<u>(1,2933)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(103.629)	(51.172)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(103.629)</u>	<u>(51.172)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.682.671	(612.264)
Aumento de capital	15	213.834	-
Prejuízo do exercício		-	(51.172)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>2.896.505</u>	<u>(663.436)</u>
Aumento de capital	15	360.000	-
Prejuízo do exercício		-	(103.629)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u><u>3.256.505</u></u>	<u><u>(767.065)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total

2.070.407

213.834
(51.172)

2.233.069

360.000
(103.629)

2.489.440

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(103.629)	(51.172)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	2.169	2.168
Provisão para perda de estoque		315	531
Variações monetárias e juros - líquido	12	15.304	16.218
Baixa de custo de transação de empréstimo	12	7.361	3.526
Provisão para contingências	16	6.794	6.738
Baixa de adiantamento a fornecedores	10	53.469	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		(309)	(882)
Depósitos judiciais		(8.654)	(13.047)
Impostos a recuperar		92	(21.359)
Outras contas a receber		553	3.870
Despesas antecipadas		(15.727)	(96)
Partes relacionadas		(19.696)	(18.104)
Fornecedores		(76.579)	(35.995)
Outras contas a pagar		(1.284)	5.401
Impostos e contribuições a recolher		403	(3.321)
Custos de transação pagos		(16.358)	(5.174)
Caixa aplicado nas operações		(155.776)	(110.698)
Juros pagos		(49.886)	(48.080)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(205.662)	(158.778)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		41.530	31.989
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(110.768)	(785.034)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	10	1.016	3.060
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(68.222)	(749.985)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento na emissão de ações preferenciais	15	-	10.605
Captação de AFAC com acionistas		140.000	420.000
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas		94.651	60.069
Amortização de financiamentos com o BNDES	12	(5.769)	-
Amortização de financiamentos com o BNB-FNE	12	(12.764)	(12.764)
Amortização de financiamentos com o BNB-M.ATUAL	12	(13.838)	(2.306)
Amortização de financiamentos com o Itaú (FINAME)	12	(2.474)	(2.450)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		199.806	473.154
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(74.078)	(435.609)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.977	511.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.899	75.977
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(74.078)	(435.609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS		1.147	3.060
Outras receitas		1.147	3.060
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(83.091)	(14.438)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(315)	(531)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.758)	(2.050)
Outros - materiais de consumo administrativo e outros		(81.018)	(11.857)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(81.944)	(11.378)
Depreciação, amortização e exaustão	16	(2.169)	(2.168)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(84.113)	(13.546)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17	17.171	3.114
Receitas financeiras		17.171	3.114
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(66.942)	(10.432)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(66.942)	(10.432)
Pessoal		12.110	17.229
Remuneração direta		9.781	13.460
Benefícios		1.848	3.132
FGTS		481	637
Impostos, taxas e contribuições		1.374	2.088
Federais		1.251	1.555
Estaduais		123	533
Remuneração de capitais de terceiros		23.203	21.423
Juros	17	15.304	16.218
Outras		7.899	5.205
Remuneração de capitais próprios		(103.629)	(51.172)
Prejuízo do exercício		(103.629)	(51.172)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transnordestina Logística S.A. (Companhia) tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os bens da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) também foram arrendados pela Companhia em 31 de dezembro de 1997, conforme contrato nº 071/97, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, ver nota explicativa nº 18, acordo de concessão.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) - (atual SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDESPAR firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado "Projeto Transnordestina".

A nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, ligará o terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este será um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006, iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu registro inicial de companhia aberta à Transnordestina Logística S.A. A abertura de capital foi necessária para fins de observância à exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Companhia Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, e a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II). Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considera que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente para este projeto é de R\$7,542 bilhões (em substituição aos R\$5,422 bilhões), sendo, R\$1,888 bilhões provenientes do acionista controlador, R\$230 milhões do acionista VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do FINOR - Fundo do Investimento do Nordeste, R\$180 milhões referente a empréstimo com recursos do FNE, R\$225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. Até 31 de dezembro de 2016 foram investidos no projeto o montante de R\$6,324 bilhões (R\$6,110 bilhões em 31 de dezembro de 2015), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$364 milhões, FNE R\$180 milhões, FDNE R\$3,065 bilhões, BNDES R\$225 milhões, VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A R\$1,171 bilhões e Companhia Siderúrgica Nacional R\$1,319 bilhões.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, onde estima-se um novo valor por trecho, revalidado pela Companhia em novembro de 2015, assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$4,7 bilhões, totalizando R\$11,2 bilhões.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016.

Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a empresa aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido incorporados pela FTL – Ferrovias Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II, englobando 3 (três) Estados da Federação, com uma extensão total de 1.753 km.

Em 28 de agosto de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Via Magna Construções e Empreendimentos Ltda. executar as obras nos lotes EMT06 e EMT07, situados no trecho de Eliseu Martins (PI) até Trindade (PE).

Em 3 de novembro de 2014 foi assinada pela Companhia a ordem de serviço para a contratada Construtora Marquise S.A. executar as obras nos lotes MVP01 ao MVP03, e em 23 de outubro de 2015 para o lote MVP04, situados no trecho de Missão Velha (CE) até o Porto de Pecém (CE), dando continuidade à implantação do projeto.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPar. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados. Ver nota explicativa nº 22.

Em 31 de dezembro de 2016, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) - extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) - extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) - extensão total de 423 quilômetros com avanço de 64%, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) - extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 41% e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) - extensão total de 527 quilômetros com avanço de 15%. (Informações não auditadas por auditores independentes).

Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, devendo assim permanecer até a conclusão da Malha II. O cronograma aprovado, que previa o término da obra para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis; contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não implicarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$182.339, a Administração conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, os quais espera que estejam disponíveis, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Após avaliação deste assunto, a Administração concluiu como adequado o uso da base contábil de continuidade operacional do projeto na elaboração das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 22 de setembro de 2017.

b) Base de mensuração

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – Valor residual do ativo imobilizado, incluindo a análise de recuperabilidade (“Impairment”).
- Nota 14 – Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

- ii. Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
- iii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais finalizadas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

iv. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos que sejam discricionários. Dividendos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com o detentor do título. Nestes casos, os dividendos pagos serão reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrarem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares : 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

l) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016:

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - o IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos da IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	2018
IFRS15	Receita de Contratos com Clientes - essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18- Receitas e correspondentes interpretações.	2017
IFRS16	Operações de Arrendamento Mercantil - a nova norma substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

n) IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “Service Concessions Agreements”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “Service Concessions Agreements” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	414	711
Aplicações financeiras	<u>1.485</u>	<u>75.266</u>
Total	<u>1.899</u>	<u>75.977</u>

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam de 99% a 101% do CDI- Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2016.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização pela Companhia, assim como, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no montante de R\$112.796 (R\$137.771 em 31 de dezembro de 2015), referem-se às cotas dos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante serão resgatadas ao final do contrato, no ano de 2057, e remuneradas a uma taxa de 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Almoxarifado	<u>643</u>	<u>649</u>
Total	<u>643</u>	<u>649</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ICMS	34.014	33.258
ICMS sobre ativo imobilizado	45.144	48.052
COFINS	12.669	12.668
COFINS sobre ativo imobilizado	9.928	9.928
PIS	2.885	2.885
PIS sobre ativo imobilizado	2.232	2.232
IRPJ sobre aplicação financeira	34.870	30.565
INSS	2.112	4.544
Outros	1.171	985
Total	<u>145.025</u>	<u>145.117</u>
Circulante	12.466	5.556
Não circulante	<u>132.559</u>	<u>139.561</u>
Total	<u>145.025</u>	<u>145.117</u>

ICMS a recuperar sobre o ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

PIS e COFINS a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e COFINS calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo capitalizadas mensalmente.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	BNDES	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:					
Encargos capitalizados acumulados (a)	125.109	48.274	121.392	294.775	209.831
Serviços compartilhados e outros (b)	-	807	-	807	29.579
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos (c)	-	-	315.661	315.661	310.587
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)	-	-	-	-	220.000
Contrato de mútuo (e)	355.517	104.245	-	459.762	356.011
Resultado:					
Receitas com serviços compartilhados	-	8.505	-	8.505	9.056
Despesas com cessão predial	-	(685)	-	(685)	(620)
Total resultado	-	7.820	-	7.820	8.436

- (a) Encargos capitalizados – referente a juros incidentes sobre empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo captados para aplicação no Projeto Transnordestina, contabilizados no ativo imobilizado.
- (b) Serviços compartilhados e outros – representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por vendas e reembolso de despesas.
- (c) BNDES - financiamentos e juros incorridos sobre os financiamentos contraídos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária denominada "Nova Transnordestina". Ver nota nº 12 para detalhes adicionais.
- (d) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC efetuado pelos acionistas.

Movimentação:

Acionista	Saldo em 31/12/2015	AFAC	Integralização de capital	Saldo em 31/12/2016
VALEC	220.000	140.000	(360.000)	-
Total	220.000	140.000	(360.000)	-

- (e) Contrato de mútuo - os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 112% do CDI e IOF.

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo para administradores	4.125	3.773

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (% a.a.)	31/12/2016	31/12/2015	
Imobilização em andamento	-	<u>7.412.682</u>	<u>7.009.515</u>	
<u>Movimentação</u>				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixa (a)	Saldo em 31/12/2016
Imobilização em andamento - Geral	<u>7.009.515</u>	<u>457.652</u>	<u>(54.485)</u>	<u>7.412.682</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu a baixa de R\$53.469 pela não realização de adiantamentos a alguns fornecedores, classificados no grupo do ativo imobilizado, para os quais não havia perspectiva de recuperação dos saldos de acordo com análise efetuada pela Administração.

De acordo com a Deliberação CVM nº 577, de 05 de junho de 2009, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 20, os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, devem ser registrados em conta destacada, que evidencie sua natureza, e classificados no mesmo grupo do ativo de origem. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou o montante líquido de receitas e despesas financeiras de R\$389.342 (R\$269.582 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Opção pelo custo histórico

A Companhia optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (01/01/2009) revisões periódicas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados; (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16); e (iii) a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação já levava em consideração os impactos de depreciação diferenciada sobre os principais componentes dos ativos imobilizados. A totalidade do ativo imobilizado da Companhia está concentrada nas obras em andamento.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou análise do valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2016, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- **Custo do capital próprio:** foi utilizada a metodologia CAPM ("Capital Asset Pricing Model") que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.
- **Custo do capital de terceiros:** foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- **Estrutura de capital:** a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média simples anual da taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 7%. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base nos estudos de mercado realizados. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2016, são as que seguem:

Receita líquida anual média até 2030 - R\$	1.715 mil
Receita líquida anual média após 2030 - R\$	3.205 mil
Média simples anual da taxa de desconto - WACC (real)	7%
Investimento a incorrer - R\$	4.906 mil

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedor para aquisição de imobilizado	<u>75.948</u>	<u>211.662</u>

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2016 contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas pela Companhia, mencionadas na nota explicativa nº 1.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2016:

<u>Fornecedor</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Construtora Marquise	36.019	87.555
Via Magna Construções	14.934	26.677
Zurich Minas Seguros	10.919	-
Sumont Montagens e Equipamentos	1.669	37.473
TFT Empresa de Transportes	103	3.433
Outros fornecedores diversos	12.304	56.523
Total	<u>75.948</u>	<u>211.662</u>

12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	2033	TJLP +	315.661	310.587
BNDES (a)		1,30% a.a.		
BNB (b)	2027	7,5% a.a.	291.294	317.985
Banco Itaú (c)	2022	5,5% a.a.	13.806	16.291
Total			<u>620.761</u>	<u>644.863</u>
(-) Circulante			(42.568)	(37.165)
Não circulante			578.193	607.698

Movimentação do exercício

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Atualização financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
BNDES (a)	310.587	27.376	(5.769)	(17.097)	564	315.661
BNB (b)	317.985	25.976	(26.602)	(26.065)	-	291.294
Banco Itaú (c)	16.291	757	(2.474)	(768)	-	13.806
Total	<u>644.863</u>	<u>54.109</u>	<u>(34.845)</u>	<u>(43.930)</u>	<u>564</u>	<u>620.761</u>

(*) A atualização financeira inclui R\$38.805 capitalizado e R\$15.304 de despesa de juros.

<u>Tipo</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Atualização Financeira (*)</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
BNDES (a)	296.823	22.622	-	(7.210)	(1.648)	310.587
BNB (b)	335.762	31.671	(15.070)	(34.378)	-	317.985
Banco Itaú (c)	18.752	891	(2.450)	(902)	-	16.291
Total	<u>651.337</u>	<u>55.184</u>	<u>(17.520)</u>	<u>(42.490)</u>	<u>(1.648)</u>	<u>644.863</u>

(*) A atualização financeira inclui R\$38.966 capitalizado e R\$16.218 de despesa de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente a partir de julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro a partir de julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou amortização de R\$5.769 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) a título de principal e de R\$17.097 (R\$7.210 em 31 de dezembro de 2015) a título de encargos financeiros.

Cronograma de desembolsos BNDES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	6.984
2017	12.487	11.015
2018	11.664	11.015
2019	15.609	11.015
2020 a 2033	<u>275.901</u>	<u>270.558</u>
Total	<u>315.661</u>	<u>310.587</u>

(b) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual.

A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 15 anos (ambos de 2013-2027 - com nova condição a partir do aditivo realizado ao contrato em 2011). A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou desembolsos de R\$29.648 (R\$34.378 em 2015) a título de encargos financeiros e de R\$26.602 (R\$15.070 em 2015) a título de principal.

Cronograma de desembolsos BNB

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	27.667
2017	27.578	26.602
2018	26.602	26.602
2019	26.602	26.602
2020 a 2027	<u>210.512</u>	<u>210.512</u>
Total	<u>291.294</u>	<u>317.985</u>

(c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia.

A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Os empréstimos serão amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014-2022). A garantia é por meio de alienação fiduciária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou desembolsos de R\$768 (R\$902 em 31 de dezembro de 2015) a título de encargos financeiros e de R\$2.474 (R\$2.450 em 31 de dezembro de 2015) a título de principal.

Cronograma de desembolsos Itaú

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	2.514
2017	2.503	2.474
2018	2.474	2.474
2019	2.474	2.474
2020 a 2022	<u>6.355</u>	<u>6.355</u>
Total	<u>13.806</u>	<u>16.291</u>

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

13. DEBÊNTURES

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de debêntures emitidas, acrescido de juros era de R\$4.020.322 (R\$3.726.315 em 31 de dezembro de 2015), conforme a seguir:

	<u>Data da emissão</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Principal na data da emissão</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2016</u>	<u>Saldo atualizado em 31/12/2015</u>
1ª Emissão	09/03/2010	336.647.184	336.647	165.702	502.349	465.616
2ª Emissão	25/11/2010	350.270.386	350.270	150.625	500.895	464.264
3ª Emissão	01/12/2010	338.035.512	338.036	145.128	483.164	447.830
4ª Emissão	04/10/2011	468.293.037	468.293	168.502	636.795	590.225
5ª Emissão	19/09/2012	121.859.549	121.860	34.889	156.749	145.286
6ª Emissão	24/06/2013	650.000.000	650.000	154.322	804.322	745.501
7ª Emissão	11/08/2014	800.000.000	800.000	136.048	936.048	867.593
Total		<u>3.065.105.668</u>	<u>3.065.106</u>	<u>955.216</u>	<u>4.020.322</u>	<u>3.726.315</u>
(-) Circulante					33.873	1.563
Não circulante					3.986.449	3.724.752

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$1,00, vencimento em 19/09/2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação

<u>Saldo 31/12/2015</u>	<u>Atualização financeira (*)</u>	<u>Amortização juros</u>	<u>Saldo 31/12/2016</u>
3.726.315	299.963	(5.956)	4.020.322

(*) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.

O contrato de debêntures não se enquadra como um instrumento financeiro com derivativo embutido, pois não possui a condição básica para que seja considerado um derivativo, na qual o fluxo de caixa deve ser modificado por algum indexador. Neste caso o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, apenas a forma de recebê-lo pode ser através de instrumento patrimonial ou em dinheiro. Além do fato de que o objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado e avaliação do derivativo é nula.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, após a conclusão do projeto reconhecida através do Certificado de Conclusão do Empreendimento expedido pelo BNB, e limitadas a 50% do montante subscrito, bem como à manutenção do controle da Companhia pelo setor privado.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incorrer em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos.
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência.
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB.
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB.
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis.
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE.
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações.
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor total da garantia é R\$9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$3.876.000. Relação das garantias:

- Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais;
- Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;
- Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$209.971.

14. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>
	<u>Provisão</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Cível	4.049	(2.301)	1.748	1.199
Trabalhistas	40.344	(30.233)	10.111	1.841
Tributário	-	(1.203)	(1.203)	(1.153)
Ambiental	-	-	-	1
Total	<u>44.393</u>	<u>(33.737)</u>	<u>10.656</u>	<u>1.888</u>

Movimentação dos processos no exercício

	<u>Saldo inicial</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis (a)	3.146	1.072	-	(169)	4.049
Trabalhistas (b)	24.496	22.443	(672)	(5.923)	40.344
Ambiental	1	-	-	(1)	-
Total	<u>27.643</u>	<u>23.515</u>	<u>(672)</u>	<u>(6.093)</u>	<u>44.393</u>

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência de fornecedor nº 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$1.670 em 17/10/2012. Em 19/05/2014, juntada de depósito judicial elisivo do valor remanescente de R\$276. Em 31/07/2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$2.358. Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$1.691.

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, no montante provisionado de R\$40.344. Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$30.233. Essas ações são provenientes de reclamações de ex-colaboradores da CNO e EIT, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde.

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$192.694 (R\$118.248 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra a CNO e TLSA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho contra a CNO e TLSA, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais. Destacamos abaixo as principais causas:

- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$4.146 (R\$3.860 em 31 de dezembro de 2015).
- Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 1827150-11.2011.8.13.0024, em curso na 24ª Vara Cível da comarca de Belo Horizonte (MG), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento das horas paradas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$3.779 (R\$3.519 em 31 de dezembro de 2015).
- Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100 (número anterior 0896984-80.2014.8.06.0001), em curso na 13ª Vara Cível da comarca de São Paulo (SP), proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$26.773 (R\$24.894 em 31 de dezembro de 2015).
- Autos de infração lavrados para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE e de Sertânia – PE, geraram as Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 e proc. nº 0001307-25.2012.8.17.1390. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016, é de R\$19.835 e R\$7.175 respectivamente (R\$17.849 e R\$6.457 em 31 de dezembro de 2015).

- Ação nº 1018602-28.2014.8.26.0100 de cobrança proposta contra a TLSA relacionada à execução das obras e serviços correspondentes a implantação da superestrutura do trecho da ferrovia Transnordestina entre as cidades de Missão Velha/CE até Salgueiro/PE. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$1.250 (R\$1.164 em 31 de dezembro de 2015).
- Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. A Execução Fiscal encontra-se suspensa até o julgamento de Embargos à Execução nº 0000116-59.2013.8.17.1470, apresentado após a garantia da Execução Fiscal através da Carta de Fiança. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$3.185 (R\$2.866 em 31 de dezembro de 2015).
- Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 5819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$17.829. Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 0002510-90.2016.8.17.2001, em curso na 06ª Vara Cível da comarca de Recife/PE, proposta pela empresa BRITEC - BRITAGEM TECNICA DO BRASIL LTDA., visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$6.642. Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora.
- Ação Monitória processo nº 1124623-91.2015.8.26.0100, em curso na 18ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, proposta pela empresa CIVILPORT, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2016 é no montante de R\$14.262.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 49.286.514 ações nominativas (42.443.708 em 31 de dezembro de 2015), no valor de R\$3.256.505 (R\$2.896.505 em 31 de dezembro de 2015), sendo 24.692.544 ações ordinárias e 24.593.970 ações preferenciais, sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme abaixo:

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	22.761.085	1.397.545	24.158.630
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.386.777	2.386.777
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	24.692.544	24.593.970	49.286.514

	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	22.761.085	1.397.545	24.158.630
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	1.557.818	1.766.561
BNDES	-	2.386.777	2.386.777
FINAME	-	565.755	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	-	13.565.985	13.565.985
Total	22.969.828	19.473.880	42.443.708

A movimentação das ações do capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreu da seguinte forma:

	Quantidade de ações		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.158.630	-	24.158.630
BNDES Participações – BNDESPAR	1.766.561	-	1.766.561
BNDES	2.386.777	-	2.386.777
FINAME	565.755	-	565.755
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	13.565.985	6.842.806	20.408.791
Total	42.443.708	6.842.806	49.286.514

Em 24 de abril de 2015, a Companhia aumentou o capital social em R\$3.229, mediante a emissão de 60.014 (sessenta mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$53,81 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 02 de julho de 2015, houve um aumento de R\$10.605, mediante a emissão de 197.048 (cento e noventa e sete mil e quarenta e oito) ações preferenciais da classe B, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$53,82, as quais são totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, que em 20 de julho de 2015, transferiu as ações para o BNDES.

Na mesma data, a Companhia aumentou o capital social em R\$25.000, mediante a emissão de 464.511 (quatrocentas e sessenta e quatro mil, quinhentas e onze) ações preferenciais da classe A, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$53,82, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Em 06 de outubro de 2015, houve um aumento de R\$175.000, mediante a emissão de 3.251.579 (três milhões, duzentos de cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e nove) ações preferenciais da classe A, nominativas, sem direito a voto, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$53,82 as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Em 30 de abril de 2016, houve um aumento de R\$220.000, mediante a emissão de 4.181.715 (quatro milhões, cento e oitenta e um, setecentos e quinze) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 401.715 (quatrocentos e um mil, setecentos e quinze) ações ordinárias e 3.780.000 (três milhões e setecentos e oitenta mil) ações preferenciais da classe A, sem direito a voto, ao preço unitário de R\$52,61 as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. por meio de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 15 de agosto de 2016, houve um aumento de R\$140.000, mediante a emissão de 2.661.091 (dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil e noventa e um) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.321.001 (um milhão, trezentos e vinte um mil e um) ações ordinárias e 1.340.090 (um milhão, trezentos e quarenta mil e noventa) ações preferenciais da classe A, sem direito a voto, ao preço unitário de R\$52,61 as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. por meio de adiantamento para futuro aumento de capital.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Dividendos

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2016	31/12/2015
			Total	Total
Prejuízo do exercício	-	-	(103.629)	(51.172)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (*)	23.720.889	22.474.746	<u>46.195.635</u>	<u>39.568.437</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	-	-	<u>(2,2433)</u>	<u>(1,2933)</u>

(*) Instrumentos antidiluidores: Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2016	31/12/2015
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a: Debêntures	<u>37.301</u>	<u>33.014</u>

16. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas administrativas e gerais:		
Folha de pagamento	(13.264)	(18.497)
Material	(93)	(60)
Serviço	(3.130)	(3.568)
Depreciação e amortização	<u>(2.169)</u>	<u>(2.168)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(18.656)</u>	<u>(24.293)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais:		
Provisão para contingências	(6.794)	(6.738)
Multas	(18)	(100)
Baixa de ativo	(1.016)	(3.060)
Outras receitas (despesas)	919	1.859
Baixa de adiantamentos a fornecedores (a)	(53.469)	-
Custo de ociosidade (b)	(18.248)	-
Provisão para perda de estoque	<u>(315)</u>	<u>(531)</u>
Total das outras despesas operacionais	<u>(78.941)</u>	<u>(8.570)</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu a baixa de R\$53.469 pela não realização de adiantamentos a alguns fornecedores, para os quais não havia perspectiva de recuperação dos saldos de acordo com análise efetuada pela Administração.
- (b) Refere-se aos custos incorridos pela Companhia no exercício que não foram capitalizados no imobilizado em virtude da paralisação das atividades do canteiro industrial de Salgueiro.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	3.418	3.967
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.843)	(899)
Juros ativos	2.818	-
Outros (a)	<u>12.778</u>	<u>46</u>
	<u>17.171</u>	<u>3.114</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(15.304)	(16.218)
IOF	(113)	-
Comissões de fianças bancárias	(7.410)	(3.848)
Outros	<u>(376)</u>	<u>(1.357)</u>
	<u>(23.203)</u>	<u>(21.423)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.032)</u>	<u>(18.309)</u>

- (a) Refere-se, principalmente, à atualização financeira de valores a receber da parte relacionada FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

- (b) Conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 12 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18. ACORDO DE CONCESSÃO

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão celebrado em 22 de janeiro de 2014 será realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas (ver nota explicativa nº 1). Desta forma, durante o período de obras do "Projeto Transnordestina", haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes passarão à condição de arrendados.

À concessionária competirá a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como obter os financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

Ativos financeiros

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>112.796</u>	<u>137.771</u>
Total	<u><u>112.796</u></u>	<u><u>137.771</u></u>

Passivos financeiros

	<u>31/12/2016</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>						
Empréstimos e financiamentos	620.761	20.975	21.593	39.389	136.743	402.061
Debêntures	4.020.322	-	33.873	35.081	120.847	3.830.521
Contrato de Mútuo	459.762	-	-	459.762	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	87.025	87.025	-	-	-	-
Total	<u>5.187.870</u>	<u>108.000</u>	<u>55.466</u>	<u>534.232</u>	<u>257.590</u>	<u>4.232.582</u>
	<u>31/12/2015</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>2-5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>						
Empréstimos e financiamentos	644.863	16.029	21.702	40.091	129.545	437.496
Debêntures	3.726.315	-	1.563	93.119	279.356	3.352.277
Contrato de Mútuo	344.311	64.774	51.911	239.326	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	224.023	224.023	-	-	-	-
Total	<u>4.939.512</u>	<u>304.826</u>	<u>75.176</u>	<u>360.836</u>	<u>408.901</u>	<u>3.789.773</u>

- b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras, mantidas até o vencimento o valor foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2016 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas informações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

- c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início das operações previsto para janeiro de 2017 e que atualmente está em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

- d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 19 (a).

- e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos em CDI	114.281	221.234
Passivo em CDI	459.762	356.011
Passivos em TJLP	4.335.983	4.036.902

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 100% do CDI à taxa de 14,00% a.a. e com 112% à taxa de 15,81% a.a. e TJLP à taxa de 7,5% a.a.; (ii) cenário 2, considerando uma redução de 25% sobre as taxas; e (iii) cenário 3, considerando uma redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1 (provável)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 3 (variação de 50%)</u>
<u>Transação</u>				
Empréstimo em TJLP Aumento da despesa financeira	4.335.983	TJLP a 7,5% (325.199)	TJLP a 9,38% (406.498)	TJLP a 11,25% (487.798)
Empréstimo em CDI Aumento do despesa financeira	459.762	CDI a 15,81% (72.688)	CDI a 19,76% (90.861)	CDI a 23,72% (109.033)
Aplicações financeiras em CDI Redução da receita financeira	114.281	CDI a 14% 15.999	CDI a 10,5% 11.999	CDI a 7% 8.000

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$1.000.000 e sublimite para danos da natureza de R\$50.000, ambos com vigência até julho de 2018.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo imobilizado:		
Encargos capitalizados (financiamentos)	38.805	38.966
Encargos capitalizados (debêntures)	299.963	227.642
Encargos capitalizados (contrato de mútuo)	57.568	40.415
Fianças capitalizadas	9.561	-
Rendimentos capitalizados	(16.555)	(40.921)
Provisão para perdas com fornecedores (imobilizado)	53.780	190.238
Reconhecimento de provisão para riscos capitalizada	10.628	9.132
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	6.048	4.697
Compensação de adiantamento a fornecedores	(112.915)	-
Demais áreas:		
Integralização de AFAC	220.000	203.229
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(672)	(2.133)
Compensação de partes relacionadas a receber com mútuos a pagar	(48.468)	-
Estorno da provisão IR a recolher	-	5.920

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, referente ao processo TC 012.179/2016, o Tribunal de Contas da União – TCU proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPar. A Companhia vem prestando os esclarecimentos necessários ao TCU e atuando com firmeza para que a decisão seja revogada em breve e o fluxo de aportes programados seja restabelecido.
- b) Foi publicada em 3 de abril de 2017 a Portaria nº 69, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pela qual foi constituído um Grupo de Trabalho (“GT”), com o objetivo de elaborar proposta que contemple soluções para a Ferrovia Transnordestina, considerando a revisão do cronograma do empreendimento por trechos, a atualização de valores e recursos públicos e privados, eventualmente necessários para realização de obras e intervenções no projeto. O Grupo de Trabalho é composto por representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que o coordenará, do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil, da Secretaria do Programa de Parceira de Investimentos, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, da Transnordestina Logística S.A., e da Companhia Siderúrgica Nacional. A finalização das reuniões do GT ocorreu em 31 de julho de 2017, e o relatório sobre as soluções e propostas identificadas encontra-se em fase de elaboração para posterior encaminhamento aos ministérios envolvidos.
- c) Em 8 de fevereiro de 2017 foram assinados os aditivos da repactuação relativa aos financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Com a repactuação houve a suspensão do pagamento de principal até março de 2020 e alteração do pagamento de juros mensal para trimestral até março de 2020.

Sergio Márcio de Freitas Leite
Diretor-Presidente

Sérgio Francisco Aranha de Lima
Diretor de Implantação de Projetos

Pedro Brito do Nascimento
Conselheiro

Iltamar de Oliveira Mendonça
Conselheiro

Antônio Bernardo Vieira Maia
Conselheiro

Arno Schwarz
Conselheiro

Marília Dalva Costa Vieira
Conselheira

Yoshiaki Nakano
Conselheiro

João Carlos de Magalhães Gomes
Conselheiro

Fernando Botelho Assunção
CRC CE nº 023494/O-4
Contador Responsável